

Massa Crítica

PACS 20
anos
Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul

Outubro de 2006
n.º 20

Análise de conjuntura sobre fatos da atualidade nacional e internacional.

PARA ALÉM DA IRRESPONSABILIDADE FISCAL E SOCIAL: A DÍVIDA COMO ARMA POLÍTICA DE SUBMISSÃO

Marcos Arruda*

“Não é só o Lula. Quem tiver um pouco de dinheiro vai fazer a mesma coisa. Ele aumenta o patrimônio graças ao endividamento do governo que preside. Sua posição política é completamente irrelevante. Faça o que fizer, está amarrado nessa financeirização do Estado. Isso não começou com ele, evidentemente. Seu governo até faz um esforço de reduzir a relação da dívida com o PIB. Com o Fernando Henrique, isso foi de 1 para 10. Isso financeirizou a economia e amarrou-a às determinações de fora. Este é o fator principal da irrelevância da política. Todas as relações sociais estão mediadas agora pela relação externa. A política interna perdeu a capacidade de dirigir a sociedade. Qualquer que seja a relação, ela tem que passar pelas relações externas. Isso quebra na espinha a política. Política é escolha. Política é opção. Mais ou menos, todos agora têm que seguir a mesma regra.” *Chico de Oliveira, FSP, 25.7.06.*

Sobreendividamento sem fim + estagnação x submissão = empobrecimento e dependência sem fim.

Esta é a equação suicida que está em vigor no Brasil e noutros países da América Latina e no Caribe há várias décadas.

Notemos a gravidade da expressão *sem fim*. Ela corresponde ao círculo vicioso do *quanto mais pagamos, mais devemos*. Corresponde também ao desígnio do Império do Norte, os EUA, de submeter as nações devedoras a ofertas ‘irrecusáveis’ de empréstimos internacionais em troca da realização de grandes obras de engenharia, executadas por grandes empreiteiras nacionais (no caso de países ‘emergentes’ como o Brasil) e estadunidenses (nos outros casos). A imagem do governo local de “boa governança”, de promotor do crescimento econômico e de bom pagador gera popularidade e garante reeleição. Mas a verdade é que um tal governo *escolheu* deixar-se aprisionar nas garras do projeto imperial dos EUA. As empresas transnacionais enriquecem e ampliam sua presença em todos os setores rentáveis da economia. Os EUA obtêm favores, como acordos de livre comércio, acesso aos recursos naturais, concessões financeiras, contratos públicos, bases militares, apoio a ações militares estadunidenses noutros países, e outros. E o país devedor, além de mais endividado, fica geralmente mais pobre e mais dependente.

Vejamos o caso do Brasil. Durante o governo F.H.Cardoso (1995-2002), a dívida mobiliária interna virou um grande negócio. A parte que corresponde a títulos do governo em poder de atores privados, como mostra o quadro do Ministério da Fazenda, era de R\$ 32,1 bilhões (9,19% do PIB) no início do governo Cardoso, em fim de 1994, e aumentou para R\$ 558,9 bilhões, (41,52% do PIB), ou 17,36 vezes mais, no fim do seu mandato! A dívida total líquida da União (interna e externa) cresceu de R\$ 87,8 bilhões (25,13% do PIB) em dezembro de 94 para R\$ 1.103,9 bilhões (82,01% do PIB) em dezembro de 2002. Crescimento real em relação ao PIB de 226,34% comparado com dezembro de 1994.

Estoque da Dívida Total Líquida da União (Interna e Externa) – Fonte MF - Base: Junho de 2006
R\$ bilhões

Itens	1994	% PIB	2002	% PIB	Jun/06	% PIB
DMIM	32,1	9,19	558,9	41,52	1.014,7	50,72
DMIBC	33,5	9,59	282,1	20,96	296,0	14,80
DET	22,2	6,35	262,9	19,53	139,9	6,99
Total	87,8	25,13	1.103,9	82,01	1.450,6	72,51

Legenda: DMIM - Dívida Mobiliária Interna em Poder do Mercado;
DMIBC - Dívida Mobiliária Interna em Poder do Banco Central;
DET - Dívida Externa Total.

Em 2002, o governo pagou aos credores da dívida pública o equivalente a 8,47% do PIB.

Para pagar os juros desta dívida, o governo adotou um artifício criado pelo FMI para todos os países devedores do Sul: a meta do superávit primário, que consiste em reservar compulsoriamente um percentual das receitas públicas antes de comparar receitas e despesas do Orçamento. O governo FHC acordou com o FMI que este percentual seria de 3,5% do PIB. Em 2002, o superávit realizado foi de 3,89% do PIB, maior do que o acordado com o FMI! No entanto, o governo pagou aos credores da dívida pública o equivalente a 8,47% do PIB, e o déficit público foi de -4,58% do PIB! FHC concluiu seu governo pagando aos credores públicos R\$120 bilhões (sendo apenas R\$ 30 bilhões do superávit primário), enquanto investiu somente R\$ 71 bilhões em todas as áreas sociais somadas. Não nos iludamos que tamanho saque aos cofres públicos tenham diminuído as dívidas: FHC deixou para Lula uma dívida pública de um trilhão 103 bilhões e 900 milhões de reais!

Lula foi eleito para mudar estas opções de política econômica, para desprivatizar a gestão do orçamento público, de modo a investir nas principais necessidades sociais e econômicas do país, iniciando um caminho de retomada do desenvolvimento endógeno do Brasil. Mas vejamos o que a equipe de política econômica de Lula conseguiu, com o aval dele próprio, muitas vezes repetido. Em junho de 2006, a dívida total líquida da União havia escalado para R\$ 1,451 trilhões (72,51% do PIB). Redução real de 11,58% em relação ao PIB de 2002. Mas aumento nominal de R\$ 346,7 bilhões em relação a 2002.

A escalada da dívida interna reflete um problema gravíssimo de gestão macroeconômica. Na sua raiz está a falsa convicção de que não há outro caminho para governar o país senão dando total prioridade aos pagamentos externos e atraindo investidores do exterior a qualquer preço. O fator mais relevante de crescimento da dívida interna é a conversão em reais da moeda estrangeira que entra no país, seja na forma de empréstimos, seja de investimentos privados, seja em pagamento das exportações brasileiras. Mas qual a remuneração desta dívida? Enorme, pois é medida pela maior taxa de juros real do mundo! Enquanto as taxas nos países ricos variam entre 2,5% e 6%, no Brasil a taxa nominal alcança hoje 14,50%.

Com base em junho de 2006, cabe destacar que o Tesouro Nacional tem haveres de R\$ 448,6 bilhões junto aos Estados e Municípios, sendo que os cinco estados mais ricos da federação devem 73,90% da referida dívida, como segue: SP (41,34%) - MG (11,41%) - RJ (10,37%) - RS (7,64%) - PR (3,14%), além de R\$ 175,1 bilhões em haveres junto às Autarquias, Fundos e Fundações.

Em junho de 2006, considerando também a dívida externa do setor privado (cujos contratos são frequentemente garantidos pelo Governo Federal) de US\$ 52,0 bilhões, ou R\$ 113,8 bilhões (5,69% do PIB), a dívida líquida total: interna, externa, pública e privada era de R\$ 1.564,4 bilhões (78,19% do PIB).

No mundo dominado pelo neoliberalismo econômico, tudo vira mercadoria, até mesmo a dívida financeira. Assim, com base em junho de 2006, do total da dívida da União existia um montante de R\$ 296,0 bilhões (14,80% do PIB) sendo carregada pelo Banco Central do Brasil por falta de tomadores no mercado. A dívida era maior do que a demanda do mercado.

Se a economia e as finanças nacionais fossem administradas com responsabilidade e sentido cívico, elas seriam colocadas a serviço das necessidades de toda a sociedade.

Que ironia o governo estar promovendo programas sociais, como o Fome Zero e o Bolsa Família, estabelecendo cotas nas universidades e outras medidas de caráter pontual e compensatório, visando reduzir a carência absoluta dos que estão absolutamente excluídos do poder de compra e do poder do saber; enquanto gasta cerca de dezoito vezes mais em juros e amortizações graciosamente transferidos aos credores internos e externos! Se a economia e as finanças nacionais fossem administradas com responsabilidade e sentido cívico elas seriam colocadas a serviço das necessidades de toda a sociedade, de todas as regiões e do país como um todo. Assim, chegaríamos a não precisar mais de programas especiais, nem de fundos estrangeiros para financiá-los.

Ofato de o Brasil pagar cada vez mais, e tomar empréstimos para pagar juros, mais do que para investir na produção de riquezas, perpetua o endividamento e gera uma dependência fatal do governo em relação aos credores. Chegamos ao seguinte postulado: não há outro caminho para governar o Brasil senão ceder a governança aos credores internacionais. Esta é a lógica que tem prevalecido. Mas, do ponto de vista da Nação brasileira ela é econômica e politicamente irracional e precisa ser frontalmente combatida!

Os recursos da arrecadação federal têm sido abundantes. O percentual atinge 39% do PIB e os maiores pagadores são a classe média e baixa, dada a estrutura tributária injusta que prevalece no Brasil. Grande parcela dos impostos são indiretos, sobre produtos comercializados, cujas alíquotas são iguais para ricos e pobres; enquanto isso, a renúncia fiscal *que o governo escolheu adotar* beneficia investidores estrangeiros, empresas transnacionais isentas de impostos sobre suas remessas, e os grandes ricos do país. Mas se uma parte tão grande do orçamento é dedicada aos credores financeiros do governo, *por escolha do próprio governo*, é evidente que os recursos para outros gastos não estarão disponíveis. Um dos fatores de crescimento econômico são justamente os investimentos públicos. Com uma taxa desprezível do orçamento dedicada aos investimentos públicos durante toda uma década, não é de espantar que a economia esteja andando devagar, quase parando. E sem ela crescer, os empregos e os salários tendem a reduzir-se. Também não sobram suficientes recursos para os serviços sociais que são de responsabilidade do governo.

Mas, é preciso ir mais longe na busca de entender a tragédia em que estamos metidos. Há que compreender que o sobreendividamento é uma arma política, que vai muito além da irresponsabilidade gerencial do governo. Vejamos:

“Havia dois objetivos básicos no meu trabalho. Primeiro, eu devia justificar os enormes empréstimos internacionais que canalizariam rios de dinheiro de volta para a MAIN e outras companhias americanas (como a Bechtel, Halliburton, Stone&Webster e a Brown&Root), por meio de gigantescos projetos de engenharia e construção. Segundo, eu trabalharia para a falência de países que recebiam esses empréstimos (depois de terem pago a MAIN e as outras contratadas americanas, é claro) de modo que eles seriam dependentes para sempre dos seus credores e assim apresentaria alvos fáceis quando precisássemos de favores, incluindo bases militares, votos na ONU, ou acesso a petróleo e outros recursos naturais” (Perkins, 2005: 38).

Quem escreve é um Assassino Econômico chamado John Perkins, no livro "Confissões de um Assassino Econômico", da Cultrix, 2005. É um livro impressionante, justamente por ser um relato testemunhal do próprio sujeito que viveu esta 'profissão' criminoso, em nome do império estadunidense. No livro ele explica o que está por trás das políticas de endividamento: a submissão dos governos dos países devedores aos interesses dos grandes grupos transnacionais, sobretudo os de base estadunidense; e a renúncia, por esses governos, da soberania em relação ao desenvolvimento nacional, em troca de manterem a 'governabilidade'. No livro, Perkins conta que, via de regra, quando os Assassinos Econômicos fracassam, são enviados os Chacais – os agentes da CIA, com mandatos diversos, desde produzir instabilidade econômica até matar presidentes. E quando estes também fracassam, é enviado o Exército, ou os Fuzileiros Navais, com jovens na sua maioria afro-americanos, chicanos, asiáticos, etc, liderados geralmente por oficiais anglo-saxões, treinados para matar e marcados para morrer física ou psiquicamente.

Em 2005, o governo pagou R\$ 139 bilhões aos credores, ou R\$ 11,6 bilhões por mês.

O governo FHC certamente foi um excelente aliado dos Assassinos Econômicos na tarefa de liquidar com a autonomia e a independência do Brasil, aprofundando o endividamento interno e externo, concentrando ainda mais a renda e a riqueza, privatizando em poucos anos e espuriamente o patrimônio público que fora construído durante décadas pela Nação brasileira, e “fazendo o que seu mestre do Norte mandar”.

Mas e o governo Lula? A dívida interna, ligada à externa, alcança hoje níveis dramáticos, carreando uma parcela enorme do orçamento cada ano para o pagamento de juros. Só em 2005, o governo pagou R\$ 139 bilhões aos credores, ou R\$ 11,6 bilhões por mês, enquanto gastava em todo o ano apenas R\$ 4 bilhões com a reforma agrária, R\$ 16 bilhões com a educação e R\$ 36 bilhões com a saúde. E mantém a taxa de juros real mais alta do mundo. Receita suicidária para a sociedade e a economia nacional; e fonte de enriquecimento espúrio para os 20 mil clãs familiares que detêm os títulos daquela dívida. As melhoras sociais estão acontecendo, mas são condimentos apenas, não têm qualquer efeito estrutural transformador. O que dá corpo à economia brasileira hoje é a política macroeconômica subserviente aos interesses das elites brasileiras e estrangeiras.

As populações brasileira e latino-americana precisam compreender este mecanismo destruidor, que garante o crescimento do império e o enriquecimento dos ricos do mundo, e conta com a cumplicidade das elites políticas e econômicas locais. Romper o círculo vicioso do endividamento é uma condição essencial para a economia recomeçar a crescer, a redistribuir a riqueza, e a conquistar a soberania sobre seus recursos naturais, seu sistema produtivo e seu próprio caminho de desenvolvimento econômico e tecnológico, social e humano. Senão, o Brasil, cujo presente já é tão conturbado, deixará de ter futuro.

* **Marcos Arruda** é economista e educador do PACS – Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul, Rio de Janeiro, e sócio do Instituto Transnacional, Amsterdam.



Endereço: Av. Rio Branco, 277 - sala 1609 - Centro - Rio de Janeiro/RJ

CEP.: 20040-009 - Telefax: 55 21 2210-2124

Caixa Postal: 7508 CEP: 20241- 970

Sítio: www.pacs.org.br - Cor. Eletr. pacs@pacs.org.br

Associada à ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais - desde 1991

Utilidade Pública Federal – Portaria nº 2.476, de 17 de dezembro de 2003 – Diário Oficial da União de 18/12/2003.

Utilidade Pública Estadual – Diário Oficial de 02/06/2003 – Lei nº 4.108.

Utilidade Pública Municipal – Diário da Câmara Municipal do Rio de Janeiro de 13/09/2004 – Lei nº 3832 de 09/09/2004

Inscrição nº 620 no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, processo nº 08/015202/03, publicado no Diário Oficial do Município de 28/10/2003.

Quem somos

Criado em 1986, no Rio de Janeiro, o Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul – PACS é uma instituição sem fins lucrativos dedicada à assessoria eco-social e à ação educacional em colaboração com os movimentos sociais.

Objetivo

Nosso objetivo é contribuir para o autodesenvolvimento humano e para a construção de uma opinião pública crítica e criativa, capaz de cobrar a promoção e a implementação de políticas públicas transformadoras, participantes, tecnicamente competentes, desde o nível municipal, nacional e global.

Metodologia

Fundamentados na Metodologia da Práxis trabalhamos com pessoas e organizações, no intuito de fortalecê-las individual e coletivamente para que se tornem sujeitos de sua própria história e de seu autodesenvolvimento. Nossas ações se desenvolvem em duas dimensões simultâneas: uma local, imediata, e a outra nacional, global e mediata.

Atividades

Pesquisas, análises e reflexão crítica, sob a forma de publicações, programas de rádio e audiovisuais; elaboração de propostas e políticas alternativas e projetos de desenvolvimento; assessorias e atividades educativas com movimentos sociais, ecumênicos e prefeituras entre outros; participação em redes regionais e internacionais.

Os parceiros

Ação Quaresmal (Suíça)

Christian Aid (Reino Unido)

DKA (Áustria)

E-Changer (Suíça)

Ford Foundation (EUA)

FPH (França)

Instituto Marista de Solidariedade (Brasil)

SCIAF (Escócia)

TRÓCAIRE (Irlanda)